

# A POLÍTICA DO GUERREIRO: NACIONALISMO, REVOLUÇÃO E SOCIALISMO NO DEBATE BRASILEIRO DOS ANOS 1960

**Luiz Eduardo Motta\***

## Resumo

**E**ste artigo tem como objetivo resgatar o debate sobre a Revolução Brasileira, e tem como foco principal a crítica de Guerreiro Ramos ao PCB e a ideologia marxista-leninista. Segundo Guerreiro, o PCB era uma organização "alienada" e isso comprometia a constituição de um processo revolucionário com bases nacionais. O artigo se divide em três seções: a primeira trata da ideologia populista nacionalista revolucionária de grande influência nos países do Terceiro Mundo, e teve em Guerreiro Ramos uma de suas principais expressões no pensamento brasileiro; a segunda seção aborda a análise crítica de Guerreiro Ramos ao programa ideológico revolucionário do PCB e sua defesa do socialismo terceiro mundista; por fim, as considerações finais.

**Palavras-chave:** Socialismo. Nacionalismo. Terceiro-mundo. Populismo.

The Politics of Guerreiro: nationalism, revolution and socialism in Brazil in the 1960's

## Abstract

**T**his paper aims to review the Brazilian Revolution debate by focusing on Guerreiro Ramos' criticism of the Marxist-Leninist ideology of the Brazilian Communist Party. According to Guerreiro Ramos, the Communist Party was an alienated organization which hindered the national revolutionary process. This work is divided into three parts: the first analyzes the revolutionary-populist-nationalist ideology, which had a significant intellectual influence on third world countries and of which Guerreiro Ramos was an important influence within Brazilian political thought; the second part presents Guerreiro Ramos' criticism to the revolutionary ideological program of the Brazilian Communist Party and his defense of a third-world socialism; finally some reflections.

**Keywords:** socialism, nationalism, third-world

*\*Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ. Professor Adjunto de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IFCS/UFRJ. Endereço: Largo de São Francisco de Paula, nº 1, 3º andar, Centro. Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22231-130. E-mail: luizpmotta@ig.com.br*

*A revolução brasileira hoje está diante do dilema: mito ou verdade. Aos otários – o mito. Façamos a revolução – segundo a verdade da história nacional.*

Guerreiro Ramos

## Introdução

A epígrafe acima ilustra bem o contexto no qual passava a formação social brasileira. Viviam-se um momento de transformação política e social não somente no Brasil, mas também na América Latina, África, Oriente e, mesmo, nos países hegemônicos, como os EUA, com a emergência e afirmação dos direitos civis das populações marginalizadas, a exemplo da comunidade negra. Os movimentos de libertação nacional de tendência socialista se faziam presentes nas lutas anticoloniais e nos países periféricos, cujos maiores paradigmas foram as revoluções argelina e cubana.

Guerreiro Ramos, com efeito, foi no Brasil uma das principais expressões intelectuais que participaram ativamente na defesa do nacionalismo revolucionário e na articulação desse nacionalismo com um projeto socialista similar aos que estavam sendo implementados nos países do Terceiro Mundo. A sua apaixonada inserção nesse debate não passou despercebida: ao contrário, devido à sua independência institucional (estava fora do ISEB<sup>1</sup> desde dezembro de 1958), e por nunca ter se identificado com as diretrizes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tornou-se, certamente, o intelectual de esquerda mais “odiado” e polêmico no campo progressista brasileiro, devido às suas intensas críticas ao ISEB e ao PCB. Apesar de sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de ter sido eleito deputado federal por essa legenda em 1962, o PTB não se comparava ao PCB no tocante ao nível de organização e inserção na sociedade. A influência do PTB praticamente se encontrava dentro do aparato estatal, no Ministério do Trabalho e nos sindicatos a ele associados. Fora do âmbito estatal, os trabalhistas marcavam presença no jornal *Última Hora* (de grande circulação nacional sob direção de Samuel Wainer), e na corrente brizolista (ou nacionalista revolucionária liderada pelo governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola), que expressava a sua ala mais à esquerda e se fazia presente nos jornais *O Panfleto* e *O Semanário*, como também nos chamados *Grupos dos 11* (G-11). Estes tinham como objetivo se tornar a vanguarda nacionalista revolucionária na organização das massas trabalhadoras (MONIZ BANDEIRA, 1985).

Guerreiro Ramos participou ativamente do debate sobre a Revolução Brasileira e provocou diversas polêmicas, sobretudo em relação às posições tomadas pelo PCB. Este artigo pretende recuperar esse debate que, embora não seja ignorado por parte dos intérpretes da obra de Guerreiro Ramos, não teve ainda uma análise que enfocasse tanto a questão do nacionalismo revolucionário terceiro mundista-a qual influenciou boa parte da *intelligentsia* crítica brasileira –, como também as desavenças entre Guerreiro e a perspectiva marxista-leninista do PCB, basicamente presentes no seu livro menos comentado e analisado por boa parte

<sup>1</sup> O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado no ano de 1955 durante o governo de Café Filho, e tinha como objetivo a produção de conhecimento nas áreas de Ciências Sociais, Economia, Filosofia e História. Era um instituto autônomo, desvinculado das universidades brasileiras, e inicialmente despontou no cenário intelectual pela ênfase dada ao desenvolvimentismo oriundo da CEPAL e, posteriormente, nos anos 1960, pela defesa do nacionalismo revolucionário e apoio às reformas de base do governo João Goulart. O ISEB sofreu forte oposição tanto dos intelectuais e dos periódicos conservadores, como também de grande parte de intelectuais progressistas vinculados à USP (Universidade de São Paulo). O ISEB foi extinto pelo governo militar em abril de 1964. Seus principais intelectuais, na sua fase inicial, eram Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodrê, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Cândido Mendes e Ignácio Rangel. Em 1960, houve o ingresso nos quadros do ISEB de jovens intelectuais como Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins, Herbert de Souza, Joel Rufino dos Santos, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Rubens César Fernandes. Sobre o ISEB, veja Motta (2000) e Toledo (2005).

de seus estudiosos: *Mito e verdade da revolução brasileira*<sup>2</sup>. Ademais, a obra de Guerreiro Ramos é tratada de modo distinto, como se houvesse uma divisão do trabalho em sua análise, ora privilegiando a sua fase isebiana, ou pré-1964, predominante no campo das Ciências Sociais; ora enfatizando a sua fase da sociologia da administração (ou teoria das organizações), bem expressa nas pesquisas teóricas nos centros de pesquisa da área de Administração<sup>3</sup>.

Este artigo divide-se em três partes, além desta introdução: a primeira trata da questão do populismo nacionalista revolucionário, ideologia que teve presença marcante na formação social brasileira na primeira metade dos anos 1960. Contudo, esse fenômeno, embora criticado por parte de intelectuais oriundos da USP, não se restringiu ao Brasil, e tampouco à América Latina, como foi o caso da África, por meio de seu principal porta voz teórico: Frantz Fanon. Ao contrário da perspectiva dos intelectuais ligados à USP (os *uspianos*), percebe-se no populismo nacionalista revolucionário uma vertente de mobilização e de transformação constituída a partir de discursos centrados na categoria povo, uma oposição ao bloco no poder, como defende o sociólogo argentino Ernesto Laclau (1979). Na segunda seção, o foco é sobre a crítica de Guerreiro Ramos às posições políticas defendidas pelo PCB, na qual acusa essa organização de incorporar de modo acrítico (e alienado) as diretrizes soviéticas (que ele denomina de *dogmática marxista-leninista*), e contrapõe a esse modelo a defesa de uma terceira via que representasse um *socialismo nacional*, ou *terceiro-mundista*. A terceira parte trata das considerações finais.

## A Ideologia Populista Nacionalista Revolucionária

Os anos seguintes ao movimento político-militar de 1964 – que destituiu o governo nacional-populista de João Goulart – foram marcados por uma intensa revisão crítica por parte de uma intelectualidade uspiana, em sua maioria localizada nas faculdades de Ciências Sociais (Francisco Weffort, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira) e de Filosofia (Maria Sylvia de Carvalho Franco, Marilena Chauí, José Arthur Giannotti), e identificada com a teoria marxista<sup>4</sup> (não obstante a sociologia de Max Weber estivesse também presente em algumas dessas análises). Esse grupo intelectual da USP teceu, em maior e menor grau, uma acirrada desconstrução ao sistema político e intelectual identificado com a perspectiva nacionalista. Com efeito, tanto a política populista como a produção intelectual nacionalista – a exemplo do ISEB – tornaram-se a *bête noire* dessa intelectualidade uspiana (MOTTA, 2000).

Para Francisco Weffort (1978) – certamente a principal expressão intelectual crítica do populismo nacionalista –, a ideologia nacionalista associada à política populista tem como sua principal característica o enaltecimento do aparelho de Estado e, como efeito resultante disso, impedir a emergência de uma “consciência de classe” por parte dos trabalhadores, mantendo as relações de produção capitalista. Assim, para o autor

o reformismo nacionalista foi também espontaneísta, porém em forma mais elaborada. Diferentemente do populismo expressão tópica da ascensão das massas e de sua incorporação ao regime, o nacionalismo foi sua expressão global e emerge, portanto, diretamente ao nível do Estado. Ele corresponde, neste período que

<sup>2</sup> São poucos os trabalhos que abordam ou citam o livro *Mito e verdade da revolução brasileira*. Pode-se citar os dois artigos de Caio Navarro Toledo (2005; 2007), o texto de Ana Paula Paes de Paula (2007), o livro de L. A. Alves Soares (1993) e as teses de doutorado de Edison Bariani Jr. (2008) e a de Márcio Ferreira de Souza (2009).

<sup>3</sup> É o caso dos trabalhos de Marcos Chor Maio (1997) e Aparecida Maria Abranches (2006), e de modo menos acentuado em Ana Paula Paes de Paula (2007). Em busca da articulação dessas duas fases, são os trabalhos de Lucia Lippi Oliveira (1995), Alves Soares (1993) e Márcio Ferreira de Souza (2009).

<sup>4</sup> Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, José Arthur Giannotti, Francisco Weffort participaram juntamente com Paul Singer, Michel Löwy, Roberto Schwarz e Ruth Cardoso do grupo que ficou conhecido como Seminário de Marx devido aos estudos que organizaram sobre O capital de Karl Marx durante o final dos anos 1950 (PÉCAUT, 1990).

se inicia com o segundo Governo Vargas, a grupos políticos, tecnocráticos e militares situados no aparelho do Estado ou diretamente associados a ele e que tratam de definir uma estratégia para o Estado em face dos problemas criados ou enfrentados pelo desenvolvimento industrial e urbano do país.(...) Por outro lado, diferentemente de outras ideologias, o populismo nacionalista não estimula a organização partidária. Partindo de vinculação muito difusa com as massas populares, não fala nunca a nenhuma classe determinada mas sempre ao "povo". (...) Em resumo, o nacionalismo foi um pouco mais que uma forma pequeno burguesa de consagração do Estado. Não nos referimos aqui aos governos de Vargas, Kubitschek, Goulart ou qualquer outro, mas ao Estado como realidade no sistema capitalista brasileiro: expressão da "democracia de todo o povo" e, ao mesmo tempo, expressão do poder burguês (WEFFORT, 1978, p. 40-42).

Já Octavio Ianni (1975), embora menos radical do que Weffort na crítica ao nacionalismo populista, também apontava os limites dessa ideologia no tocante a constituição de uma consciência crítica de classe. Para Ianni,

(...) a esquerda não se deu conta de que *massa* e *classe* não são expressões cambiáveis. Não compreendeu que se tratam de categorias histórica e estruturalmente diversas. Incorreu na ilusão semântica, proposta pelo getulismo e suas variantes. Não se dedicou à análise da realidade, para perceber que a essência das massas trabalhistas e populistas é antes a *consciência de massa* que a *consciência de classe*, antes o princípio da mobilidade social que o princípio da contradição (IANNI, 1975, p. 114. Grifos do texto original).

Em contraposição à análise de Weffort e Ianni, Ernesto Laclau (1979) não reduz os conceitos de populismo e de nacionalismo a uma ótica classista e, além disso, percebe que a ideologia nacional-populista pode fomentar uma visão crítica e revolucionária aos setores dominados pelo grande capital. Para o sociólogo argentino, o nacionalismo não pode ser tomado como uma ideologia feudal, burguesa ou proletária. A seu ver, a ideologia nacionalista

considerada em si não tem nenhuma conotação classista. Esta última só deriva de sua articulação específica com outros elementos, pode vincular o nacionalismo à manutenção de um sistema hierárquico-autoritário de tipo tradicional – basta lembrar a Alemanha de Bismarck. Uma classe burguesa pode ligar o nacional ao desenvolvimento de um Estado – Nação centralizado em uma luta contra o particularismo feudal e, simultaneamente, apelar para a unidade nacional como meio de neutralizar os conflitos de classe – recordemos o caso da França. Finalmente um movimento comunista pode denunciar a traição da causa nacionalista pelas classes capitalistas, e articular o Socialismo ao Nacionalismo em um discurso ideológico unitário, pensemos, por exemplo, em Mao (LACLAU, 1979, p. 166-167).

Para Laclau (1979), o populismo nacionalista traz consigo as contradições entre o povo e o bloco no poder. Isso significa afirmar que o populismo começa no ponto em que os elementos popular-democráticos assumem um sentido sintético-antagônico em relação à ideologia dominante. Não há um populismo exclusivo às classes dominantes, há, também, um populismo das classes dominadas. O nazismo constituiu uma experiência populista das classes dominantes e teve que apelar para um conjunto de distorções ideológicas – como o racismo – para evitar que o potencial revolucionário das interpelações populares se orientasse no sentido de seus verdadeiros objetivos. O populismo das classes dominantes é sempre altamente repressivo porque tenta uma experiência mais perigosa do que um regime parlamentar, enquanto o segundo simplesmente *neutraliza* o potencial revolucionário das interpelações populares; o primeiro procura *desenvolver* esse antagonismo, embora mantendo-se dentro de certos limites.

Para os setores dominados, a luta ideológica consiste em expandir o antagonismo implícito nas interpelações democráticas e articulá-lo ao próprio discurso de classe. A luta de classe operária, por sua hegemonia, consiste em alcançar o máximo possível de fusão entre a ideologia popular-democrática e a ideologia socialista. Neste sentido, Laclau (1979) afirma que um "populismo-socialista" não é a forma mais atrasada de ideologia operária, mas sua forma mais avançada: o

momento em que a classe operária consegue condensar em sua ideologia o conjunto da ideologia democrática em uma formação social determinada. Daí o caráter inequivocadamente "populista" que adotaram movimentos socialistas articulados com o nacionalismo, a exemplo do maoísmo, do castrismo, do peronismo revolucionário, do sandinismo, do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, da ANAPO<sup>5</sup> (representada em sua ala radical pela organização guerrilheira colombiana M-19<sup>6</sup>), dos movimentos revolucionários africanos, como a Frente Nacional de Libertação da Argélia, do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), dos Mau-Mau do Quênia. O mesmo pode ser dito sobre as lideranças africanas de Nasser, Khadafi, Ben Bella e Mandela no passado e, atualmente, na América Latina, nas figuras de Hugo Chávez, Rafael Corrêa e Evo Morales. Segundo Laclau (1979), percebe-se que é possível chamar, ao mesmo tempo, Hitler, Mao<sup>7</sup>, Tito, Fidel e Perón de populistas. Não que as bases sociais fossem semelhantes, nem que as suas ideologias expressassem os mesmos interesses de classe, e sim porque, nos discursos ideológicos de todos eles, as interpelações populares são apresentadas sob a forma de antagonismo e não somente de diferença (LACLAU, 1979).

O nacionalismo dos intelectuais brasileiros dos anos 1950/60 convergia com as outras abordagens nacionalistas, não obstante existissem diferenças entre elas. Com efeito, o Terceiro Mundo, as revoltas anticoloniais e os movimentos de libertação nacional foram alvo de reflexão de uma parte considerável da *intelligentsia* internacional. É o caso de Pierre Moussa em sua obra *As nações proletárias*, de 1960, ou de Frantz Fanon em seu livro *Os condenados da terra*, de 1961. A problemática do colonialismo e do subdesenvolvimento também se encontrava nas páginas de livros e artigos de Sartre, Balandier e Gunnar Myrdal, entre outros.

Destarte, o nacionalismo tornou-se o idioma principal na intelectualidade crítica brasileira desse contexto. Segundo Daniel Pécaut (1990)

tem fundamento essa comparação com um idioma. Ao lado dos esforços conscientes para inventar uma 'ideologia', combinavam-se significantes emprestados de léxicos variados da CEPAL, do marxismo, do nasserismo e de outros terceiro mundismos, do existencialismo sartriano e do hegelianismo – que se entrelaçam, terminando por criar um idioma inédito e autóctone, com seus neologismos e seus sintagmas específicos. Esse idioma se impôs de maneira ainda mais fácil por suscitar um imaginário que recorria amplamente às relações de equivalência. A modernização capitalista, a integração da nação, a revolução eram expressões de uma mesma crença (PÉCAUT, 1990, p.124).

Assim, há dois tipos de nacionalismo no discurso dos intelectuais engajados como observou Pécaut (1990): de um lado, há o nacional-desenvolvimentismo, predominante durante o governo Juscelino Kubitschek; do outro, o nacional-marxismo (ou nacionalismo popular revolucionário)<sup>8</sup> que emergiu durante o governo Goulart. O ideal do desenvolvimento não esmaeceu no segundo tipo de nacionalismo. O que houve, de fato, foi a ampliação do discurso nacional-desenvolvimentista absorvendo conceitos oriundos do pensamento marxista e das ideologias terceiro-mundistas (PÉCAUT, 1990).

A ideologia nacionalista, como também a questão da soberania nacional, tornaram-se, portanto, os principais *projetos* (na acepção sartreana) para a sociedade brasileira, por parte dos intelectuais ditos *engajados*. Para Guerreiro Ramos (1960):

<sup>5</sup> *Alianza Nacional Popular*.

<sup>6</sup> *Movimento 19 de Abril*.

<sup>7</sup> *Como observa Mao Tsé-Tung no texto "Sobre o modo correto de lidar as contradições em meio ao povo": "As contradições entre nós e o inimigo são antagônicas. Nas fileiras do povo, as contradições em meio ao povo trabalhador não são antagônicas, enquanto aquelas entre as classes exploradas e exploradoras têm um aspecto antagônico e um aspecto não antagônico. Sempre houve contradições em meio ao povo, mas são diferentes em conteúdo em cada período da revolução e no período de construção do socialismo" (TSÉ-TUNG; ZIZEK, 2008, p. 162).*

<sup>8</sup> *Tratarei neste artigo como sinônimos o populismo nacionalista revolucionário, o nacionalismo popular revolucionário e o populismo socialista, pois apresentam a mesma acepção ideológica, já que articulam os mesmos significantes e significados num discurso de caráter antiimperialista, e de teor nacionalista/socialista, opondo o povo ao bloco no poder hegemônico numa formação social dada.*

o nacionalismo é a ideologia dos povos que, na presente época, lutam por libertar-se da condição colonial (...) O nacionalismo é reivindicação essencial que fazem hoje os povos que não se encontram ainda em pleno gozo da soberania. (...) O nacionalismo é o único modo possível de serem hoje universalistas os povos periféricos. Somente organizando-se como personalidades nacionais podem ingressar no nível da universalidade e da civilização. O nacionalismo não é fim. É meio. Certamente deixarão de ser nacionalistas no futuro os povos que realizarem com êxito a sua revolução nacional (GUERREIRO RAMOS, 1960, p. 225-226).

A questão do nacionalismo é um dos pontos-chave da discussão cultural daquela época. Renato Ortiz (1994), em sua análise sobre o ISEB aponta que o debate sobre a cultura nacional, de grande destaque por parte dos intelectuais ligados a essa instituição, estava intimamente associado a duas questões centrais nos países do Terceiro Mundo: a alienação e a situação colonial. Daí, haver uma correspondência do pensamento isebiano com a de outro pensador terceiro mundista que obteve grande repercussão naquela conjuntura: trata-se do médico martinicano Frantz Fanon que teve influência direta não somente na Revolução Argelina (onde Fanon era radicado), mas nos movimentos revolucionários do Terceiro Mundo, e mesmo no movimento negro revolucionário estadunidense, a exemplo dos *Panteras Negras*.

Havia, com efeito, diferenças entre as teses do ISEB (e de outros intelectuais nacionalistas) em relação às de Frantz Fanon, pois para o último a libertação nacional só seria obtida por meio de uma violência incessante entre o colonizado e o colonizador<sup>9</sup>. Já para o ISEB, a saída para a superação do estado colonial podia ser alcançada por medidas reformistas, pois existia uma sociedade civil, para o ISEB, o que já não ocorria na sociedade argelina, segundo Fanon, visto que não havia mediações entre o colonizado e o colono. O aspecto convergente de suas teorias encontra-se na formação de uma cultura nacional e autônoma, pois ela está intrinsecamente ligada à luta pela libertação nacional, em oposição ao domínio cultural, político e econômico dos países desenvolvidos (ORTIZ, 1994).

Tomando como exemplo o livro de Guerreiro Ramos *O problema nacional do Brasil*, publicado pouco tempo depois de sua saída do ISEB, a título de comparação com as idéias de Fanon sobre a cultura nacional, percebem-se semelhanças no aspecto da cultura nacional:

A elaboração da cultura nacional no Brasil é, no plano do espírito, o correlato do trabalho coletivo mediante o qual se realiza a substituição de importações e se instala um sistema de produção destinados a atender à demanda interna de bens e serviços. (...) Ao contrário, a única maneira de um povo adquirir significação universal é por intermédio de uma concepção original do homem e do mundo. Só se alcança o plano universalidade, de modo mediato, a partir de um ponto de vista particular. Não temos ainda uma personalidade cultural de significação universal porque até aqui, por imperativo de nossa formação econômica, tivemos de adotar, como nossas, experiências alheias. O que vinga na história universal é o que se produz de acordo com as perspectivas peculiares de cada povo. A cultura nacional do Brasil se formará como conjunto de produtos materiais e não materiais sistematicamente elaborados do ponto de vista do povo brasileiro recém-constituído (GUERREIRO RAMOS, 1960, p. 243-244).

Fanon, em seu livro *Os condenados da terra*, lançado logo após seu falecimento prematuro, afirma que

<sup>9</sup> "Trabalhar significa trabalhar para a morte do colono. A violência assumida permite ao mesmo tempo que os extraviados e proscritos dos grupos voltem, reencontrem seu lugar e se reintegrem. A violência é, dessa maneira, compreendida como a mediação régia. O homem colonizado liberta-se na e pela violência. Esta práxis ilumina o agente porque lhe indica os meios e o fim. (...) Essa práxis violenta é totalizante, visto que cada um se transforma em elo violento da grande cadeia, do grande organismo surgido como reação à violência primordial do colonialista. Os grupos se reconhecem entre si e a futura nação já está indivisa. A luta armada mobiliza o povo, isto é, lança-o numa única direção, num sentido único. (...) Iluminada pela violência, a consciência do povo rebela-se contra toda pacificação" (FANON, 2006, p. 104,111,113).

A cultura nacional é o conjunto dos esforços feitos por um povo no plano do pensamento para descrever, justificar e cantar a ação através da qual o povo se constitui e se manteve. Nos países subdesenvolvidos, a cultura nacional deve portanto situar-se no centro mesmo da luta de libertação empreendida por esses países. (...) Num país colonizado, o nacionalismo mais elementar, mais brutal, mais indiferenciado é a forma mais veemente e mais eficaz de defesa da cultura nacional. A cultura é em primeiro lugar a expressão de uma nação, de suas preferências, de suas interdições, dos seus modelos. É em todos os estágios da sociedade global que se constituem outras interdições, outros modelos (FANON, 2006, p. 268, 279).

Percebe-se, então, que as ideologias relacionadas aos projetos de soberania nacional – ou de libertação nacional – longe de impedirem a formação de uma consciência crítica dos setores subalternos, tornaram-se elementos centrais na constituição de uma consciência crítica nos povos periféricos, em oposição ao poder dos países capitalistas hegemônicos. Como observa Pécaut, “o privilégio concebido à ‘libertação nacional’ não tinha, então, valor algum de alibi visando evitar a luta de classes: muito simplesmente vivia o advento do Terceiro Mundo” (PÉCAUT, 1990, p.180).

Assim sendo, a soberania nacional era a principal meta naquela época, não apenas dos intelectuais que foram ligados ao ISEB, mas também de lideranças políticas, como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Almino Afonso; por partidos e movimentos sociais, como o PCB, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Centro Popular de Cultura (CPC), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), as Ligas Camponesas; por jornais, como *O Semanário*, *O Panfleto*, *Jornal dos Debates* e *Novos Rumos*. A ideologia nacionalista também esteve presente em outros espaços culturais, cujos intelectuais não estiveram comprometidos com o nacionalismo de corte trabalhista, ou isebiano, como na *Revista Brasiliense* editada por Caio Prado Jr.

Desse modo, o nacionalismo revolucionário brasileiro ia ao encontro de uma vasta corrente emergente no Terceiro Mundo, e se reconhecia particularmente nos seus pares latino-americanos. Desde o início do século XX já havia expressões políticas e intelectuais que reivindicavam a continuidade das bandeiras de Simon Bolívar e José de San Martín, e mesclando-as ao socialismo e à teoria marxista, como Manuel Ugarte, José Carlos Mariátegui, René Zavaleta, Vivian Trias, entre outros. Na Argentina, seguindo os passos de Manuel Ugarte, e ao lado de José Juan Hernández Arregui, John William Cooke foi o intelectual que melhor expressou essa tendência do nacionalismo popular-revolucionário. Ligado a Juan Domingo Perón em seu primeiro governo, Cooke criou as bases teóricas do peronismo revolucionário, quando Perón se exilou na Espanha devido ao golpe militar que o destituiu do poder em 1955, tornando-se, assim, a principal influência política e intelectual na formação da guerrilha peronista dos Montoneros e das FAP (Forças Armadas Peronistas), nos anos 1960. Em sua correspondência com Perón, Cooke defendia uma Terceira Posição em relação ao bloco capitalista estadunidense-europeu e ao bloco socialista soviético, alinhando-se aos países revolucionários do Terceiro Mundo, dos quais incluía Cuba, que era o modelo revolucionário no qual o peronismo de esquerda deveria se espelhar.

Numa carta dirigida a José Juan Hernández Arregui, em 1961, Cooke demarca claramente sua posição pró-cubana e terceirista:

(...) El objetivo del Peronismo no es la defensa de los ‘Valores de Occidente’. Quiene piensen eso tienen que irse a los partidos ‘tradicionales’ o a la democracia cristiana. La Tercera Posición no implica neutralidad frente a las luchas de los pueblos coloniales por liberarse. (...) El apoyo a la Revolución Cubana no es un asunto secundario. Está vinculado con el movimiento de masas de toda Latinoamérica. El verdadero enemigo es el Imperialismo y sus instrumentos: Cuba está afrontando el peso de combatirlo e debe tener un apoyo nuestro activo (COOKE *apud* GOLDAR, 2004, p.37).

Em discurso pronunciado em Cuba, em maio de 1962, Cooke reafirma sua posição terceiro-mundista e socialista no processo revolucionário latino-americano:

La conciencia latino-americana es conciencia nacional y, simultáneamente, sin escisión posible, conciencia de clase. Las luchas de liberación se ayudan mutuamente, por la simple mecánica del proceso y porque, voluntariamente, los pueblos se unen en solidaridad activa. Así como en 1810, hubo que explotar las luchas entre las grandes naciones, ahora suena como factor fundamental la presencia del mundo socialista, que ayuda a la liberación nacional por el freno que pone a las maniobras imperialistas y por la ayuda que puede prestar al desarrollo económico de los países liberados (COOKE, 2009, p.115).

No Brasil, essa tendência nacionalista popular revolucionária tinha como sua principal expressão política a ala brizolista do PTB. E em torno de Brizola gravitaram dois intelectuais que reproduziam essa ideologia em seus escritos: Paulo Schilling e Franklin de Oliveira, os quais trabalharam diretamente com Brizola em seu governo no Rio Grande do Sul. Paulo Schilling (1979), no seu livro *Como se coloca a direita no poder*, escrito no exílio dois anos depois do golpe de 1964, definiu as bases fundamentais do nacionalismo popular revolucionário, e tinha na figura de Brizola a principal liderança para a implementação de um socialismo nacionalista. O autor distingue o nacionalismo chauvinista imperialista das grandes potências do nacionalismo revolucionário. O primeiro caracteriza-se

pela violenta disputa dos mercados mundiais e das colônias, pelo racismo e pela exploração dos povos atrasados. Esse nacionalismo é agressivo: as guerras de conquista são meios que elas utilizam sem nenhum impedimento ético. O nacionalismo dos povos oprimidos é completamente diferente. Poder-se-ia dizer que é um é a antítese do outro. Caracteriza-se pelos esforços em libertar-se das amarras colonialistas, por aspirar uma independência plena e a igualdade racial, superar o subdesenvolvimento e a miséria e estabelecer pelo menos uma forma primária de justiça social. O nacionalismo das nações exploradas é defensivo: quando utiliza a luta armada é como último e desesperado intento de conseguir a libertação (SCHILLING, 1979, p. 28-29).

Franklin de Oliveira publicou *Revolução e contra-revolução* em 1962. Nessa obra, o autor reproduziu o clima conflitivo em que vivia o Brasil depois da renúncia de Jânio Quadros, e da tentativa de golpe, por parte dos ministros militares, com a intenção de impedir a posse de João Goulart. Para o autor, o contexto brasileiro era de uma guerra civil não declarada e a perspectiva por uma revolução nacionalista e socialista era iminente em sua interpretação. A revolução para Franklin de Oliveira

não é necessariamente a insurreição, é porque a revolução consiste primordialmente na criação de condições que possibilitem o progresso social, e a sublevação sempre retarda. Mas, assim como a insurreição não é revolução, também é preciso dizer que a revolução pacífica não se confunde com o reformismo, filiosofia pequeno-burguesa, não muito longe de se firmar, inclusive, como linha auxiliar da contra-revolução. (...) Esse tipo de revolução democrático-nacional, que Mao Tsé-Tung chama de a *nova democracia*, é a revolução democrático-socialista. As revoluções socialistas são a fatalidade incoercível do nosso tempo. Sendo as revoluções democrático-nacionais antes de tudo, pela sua própria natureza intrínseca, revoluções sociais, não podem – como agudamente observa Paul Baran – deixar de assumir, de imediato, ao lado do caráter anticolonialista e antiimperialista, um caráter socialista. (...) *Só a Revolução Socialista cria as condições para o ataque simultâneo a todas as frentes de desenvolvimento econômico, e forma que o País cresça rápida e homoganeamente* (OLIVEIRA, 1962, p. 122,126,135. (Grifos do texto original).

Como vimos nesta seção, ao contrário da crítica que prevaleceu nas Ciências Sociais nos anos 1960 e 1970, em sua vertente uspiana, a ideologia populista revolucionária além de não impedir a formação de um de movimento revolucionário e de mobilização de massas no Brasil, tampouco estava “fora do lugar”, para utilizar a famosa expressão de Roberto Schwarz (1981) em relação ao liberalismo do século XIX no Brasil. A ideologia populista nacionalista revolucionária no Brasil dos anos 1960 refletia essa expressiva tendência da esquerda terceiro-mundista que se fazia presente em diversas formações sociais nas suas lutas anticoloniais e antiimperialistas, tendo um papel significativo nos movimentos populares no pré-1964.

Na seção seguinte, tratarei da crítica de Guerreiro Ramos ao socialismo de influência leninista do PCB, e a sua defesa de um socialismo de inspiração terceiro-mundista.

### A Polêmica de Guerreiro Ramos com o PCB sobre a Revolução Brasileira

O tema da Revolução Brasileira fazia parte da reflexão da intelectualidade brasileira engajada na transformação socioeconômica da formação social brasileira e na defesa da ampliação da participação política das massas. Esse processo revolucionário ia ao encontro de outras experiências que vinham acontecendo nos países dependentes. Guerreiro Ramos, em a sua obra *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963), somou-se a outros intelectuais nacionalistas engajados nesse tema, como Franklin de Oliveira (*Revolução e contra-revolução no Brasil e Que é a revolução brasileira?*); Wanderley Guilherme dos Santos (*Quem dará o golpe no Brasil?; Reforma e contra reforma*); Nelson Werneck Sodré (*Introdução à revolução brasileira*); e Vamireh Chacon (*A revolução no trópico*). A questão da Revolução Brasileira não se restringiu ao debate intelectual do pré-1964, mas também ao momento posterior, a exemplo do livro de Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*, de 1966, desencadeando um intenso e apaixonado debate intelectual, especialmente, na *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968).

No livro *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963), Guerreiro manteve o estilo característico de suas obras, qual seja, a busca da polêmica com outras perspectivas teóricas e políticas das quais não convergia. Nesse livro o alvo central de suas críticas era a concepção marxista-leninista apregoada pelo PCB, além de expor as suas divergências com Álvaro Vieira Pinto em relação à questão do nacionalismo, analisada por este em sua obra magna *Consciência e realidade nacional*. Guerreiro Ramos o acusou de fazer uma deformação "direitista" de seu livro *A redução sociológica*.

Nesta seção, o foco será sobre a crítica ao PCB devido a dois fatores: primeiramente, a questão do PCB e seu dogmatismo ocupa quase a totalidade do livro (192 páginas em 218), enquanto a análise crítica da obra de Vieira Pinto situa-se no anexo do livro; em segundo lugar, a complexidade e a importância do livro de Vieira Pinto, por si, só mereceria uma análise à parte, pois não somente foi criticado por Guerreiro Ramos no campo da esquerda dos anos 1960, mas também por Gerard Lebrun (1962), Michel Debrun (1962) e Padre Henrique Lima Vaz (1962), bem como, nos anos 1970, por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978), Caio Navarro de Toledo (1977) e Marilena Chauí (1978), além do resgate recente de sua obra por Renato Ortiz (1994) e Norma Cortez (2003).

Guerreiro Ramos destaca no início do livro a importância desse estudo pois a

revolução é categoria viva da história contemporânea do Brasil. Por isso, encontra-se o sociólogo brasileiro numa situação privilegiada, que não deve malbaratar, mas aproveitar, em sua riqueza conceptual, na promoção do progresso científico. Assim sendo, o estudo do processo revolucionário envolve mais do que um teste de preparo profissional ou de competência acadêmica. Envolve, sobretudo, um teste de sensibilidade humanística. Eis por que nossas presentes considerações refletem vivência e projeto concretos, ao mesmo tempo que esforço de objetividade – de distanciamento sem prejuízo da participação. Na História, chega a vez de eminente desempenho brasileiro. É o momento de escrever o tratado brasileiro da revolução (GUERREIRO RAMOS, 1963, p.17).

A crítica de Guerreiro ao PCB começou a se desenvolver em seu livro anterior *A crise do poder no Brasil*, de 1961, no qual considera o referido partido uma organização alienada das camadas sociais que, presumivelmente, deveria representar, e também subordinado diretamente à URSS. A preocupação de Guerreiro Ramos com relação ao PCB devia-se, também, por este possuir, na época, a hegemonia intelectual e política no campo da esquerda. Observa que

O PCB é um excelente aliado nas lutas políticas, quando não tem poderes dominantes de direção. Houve um momento, entre nós, em que o movimento nacionalista, com um mínimo de consistente coordenação ideológica, tornou o PCB politicamente subsidiário. Desde que, porém, os pecebistas e paracebistas conseguiram controlar o movimento nacionalista, este desnaturou-se e foi atirado a lances temerários como a campanha pela candidatura do Marechal Lott (GUERREIRO RAMOS, 1961, p.107).

Em *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963), o eixo crítico de Guerreiro Ramos ao PCB deve-se à adoção dogmática deste ao marxismo-leninismo<sup>10</sup>, o qual era contraposto pela corrente revisionista do marxismo ocidental. Sua definição de marxismo ocidental é distinta da que lhe confere Perry Anderson (1976) em seu livro, hoje um clássico, *Considerações sobre o marxismo ocidental*, em que demarca como *ocidentais* os filósofos marxistas a partir de Lukács, os quais enfatizaram os aspectos superestruturais em relação aos infraestruturais, i.e, privilegiavam as questões relacionadas à ideologia, à arte, à ciência e ao Estado, a exemplo de Korsh, Gramsci, Sartre, Althusser, Marcuse, entre outros. Já para Guerreiro, o marxismo ocidental é delimitado pela questão geográfica, pois situa seus representantes intelectuais, exclusivamente, na Europa Ocidental, em oposição ao marxismo do Leste europeu, particularmente o russo. Por isso, o autor inclui na lista Rosa de Luxemburgo e Kaustky, pensadores e dirigentes marxistas tradicionalmente associados aos intelectuais e políticos da II Internacional (como Lênin, Trotski, Bukharin, Bernstein), voltados a temas políticos e econômicos (GUERREIRO RAMOS, 1963).

A oposição de Guerreiro ao PCB deveu-se, possivelmente, à ambiguidade dessa organização partidária em relação ao segundo governo Vargas. No texto de dezembro de 1953, *Projeto de programa*, o PCB afirmava textualmente que

o governo de Vargas é, portanto, um governo de preparação de guerra e de traição nacional, é um governo inimigo do povo. O governo Vargas é um instrumento útil e necessário aos imperialistas americanos e que facilita a complexa colonização do Brasil pelos Estados Unidos (CARONE, 1982, p.117).

Contudo, em outubro de 1954, pouco depois do suicídio de Vargas, o líder do PCB, Luiz Carlos Prestes publicou um texto intitulado *A aliança com o PTB* no qual mudou radicalmente de posição ao afirmar que

Trabalhistas e comunistas, lutamos contra o mesmo inimigo que é o imperialismo norte-americano, lutamos contra os seus agentes em nosso país – os generais fascistas e os politiquieiros reacionários da UDN – somos todos interessados na preservação dos direitos constitucionais e na defesa das conquistas sociais dos trabalhadores. É esta, em sua essência, a plataforma patriótica que agora nos une, a comunistas e trabalhistas (CARONE, 1982, p.125).

Se Vargas era, anteriormente, um aliado incondicional do imperialismo estadunidense, logo após a sua morte, o que provocou uma mobilização de protesto nacional da massa trabalhadora, os seguidores de Vargas - os trabalhistas - tornaram-se repentinamente os *aliados estratégicos* numa frente antiimperialista. As mesmas diretrizes seriam mantidas pelo PCB em sua histórica *Declaração de Março de 1958*, quando renunciou à via jacobina da revolução e passou a defender uma estratégia pacifista de revolução. Foi por essas mudanças bruscas de diretrizes que Guerreiro Ramos se indispôs com o PCB; com a possibilidade de que essa organização se tornasse hegemônica no processo revolucionário nacionalista que emergia no Brasil.

<sup>10</sup> Por "marxismo-leninismo" entende-se a ideologia reproduzida pelo Kominform a partir de 1947. Significa que os partidos comunistas deveriam adotar as diretrizes estabelecidas pelo PC soviético. Nesse sentido, a ideologia marxista-leninista é sinônimo de stalinismo, e é nessa acepção que Guerreiro trata o marxismo-leninismo, mas não se identificando com a histeria anticomunista característica das correntes políticas conservadoras que fizeram presença no Brasil daquele contexto, haja vista que a crítica de Guerreiro é de uma perspectiva de esquerda. Ademais, o "marxismo-leninismo" não se confunde com a complexa obra de Marx e de Lênin, sem falar que Guerreiro recorre às análises de Lênin (1977) sobre o problema do imperialismo (a tese do "elo mais fraco da cadeia imperialista") da obra *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Trata-se exclusivamente de uma ideologia, e não de uma teoria sociológica, política ou econômica.

Guerreiro Ramos, ao apontar as limitações programáticas e estratégicas do PCB, devido ao seu dogmatismo leninista, e para fazer uma crítica ao conformismo de seus militantes, procurou como fonte de inspiração (e analogia), a peça sátira de Ionesco *O rinoceronte*, uma das maiores expressões do teatro do Absurdo<sup>11</sup>. Nessa peça, o dramaturgo conta a história de uma cidade pacata que se transforma completamente após a passagem de um rinoceronte por suas ruas. À medida que a origem do paquiderme é discutida e em alguns casos rebatida, ele misteriosamente vai se proliferando de maneira incontrolável, até finalmente notarmos que os próprios cidadãos da cidade vão aos poucos se metamorfoseando em rinocerontes. Nas entrelinhas, o rinoceronte simboliza o conformismo no qual a sociedade moderna está constituída. Essa metamorfose sofrida pelos habitantes é uma analogia ao processo contínuo de alienação do qual a sociedade moderna vem sofrendo, sobretudo, desde a sua segunda revolução industrial. Na situação em que se apresenta, a sociedade se vê diante de duas escolhas: ou continua a se indignar e tenta mudar o panorama, ou se adequa à realidade. Sob esse signo do drama de Ionesco, Guerreiro escreveu esse livro com o objetivo de analisar a metafísica da revolução tendo em vista o conformismo ideológico dos militantes do PCB. Segundo Guerreiro,

No Brasil, a revolução corre o risco de se tornar rinocerônica. Reajamos enquanto não é tarde. Reajamos contra os aparelhos que pretendem empolgar a liderança da revolução brasileira e que, impondo com bruta determinação os seus slogans, comandos e palavras de ordem, pretendem fazer passar as suas conveniências grupistas por conveniências gerais do povo brasileiro (GUERREIRO RAMOS, 1963, p.13).

Guerreiro questionou e rechaçou a liderança do PCB no processo revolucionário por causa da aplicação dogmática das diretrizes imputadas pela III Internacional, na qual predominava a visão mecânica do etapismo dos modos de produção. Todavia, ao questionar esse dogma empregado pelo PCB e pela maior parte dos PCs ligados à URSS, Guerreiro Ramos refutava também Marx, possivelmente por desconhecer as suas análises contidas nos *Grundrisse* (1986), e sobre o conceito de modo de produção asiático. Para Guerreiro (1963, p. 44), "resulta assim, de modo anacrônico, o clássico modelo marxista de revolução, segundo o qual cada sociedade teria de percorrer, um após outro, os diferentes modos de produção até chegar ao socialismo". Com efeito, essa não é uma posição consensual no marxismo. Se, de fato, essa foi uma interpretação que marcou a fase stalinista e influenciou os Partidos Comunistas, resistência houve por parte de outras vertentes, como o marxismo estruturalista de Althusser (1986) e o marxismo historicista de Gramsci (1999), caracterizadas pela convivência simultânea de diferentes modos de produção numa determinada formação social, pois esta possui particularidades históricas e estruturais. Fiel aos princípios da fenomenologia, Guerreiro entendia que "a revolução é criação histórica, e assim implica a adesão a um valor ainda não socialmente encarnado (GUERREIRO RAMOS, 1963, p. 46)". Entretanto, outros marxistas, os quais Guerreiro Ramos conhecia, como Lukács (1974) e Sartre (1960), também davam ênfase aos aspectos subjetivos da revolução socialista. Isso sem falar em Gramsci, para quem a formação de uma outra hegemonia na criação de um bloco histórico traz consigo a constituição de uma nova ética (GRAMSCI, 1999).

Em sua crítica à dogmática leninista (ou ao marxismo institucionalizado no dizer de Leszek Kolakowski)<sup>12</sup>, Guerreiro apoiou-se na chamada corrente *revisionista* como suporte a seus argumentos, principalmente em Kaustky e Rosa Luxemburgo. Apesar de suas diferenças políticas, a insubordinação ao modelo soviético da ditadura do proletariado (ou do partido) os uniu numa perspectiva oposta a que seria

<sup>11</sup> Segundo Guerreiro Ramos (1963), o livro inicialmente se chamaria *Os rinocerontes e a revolução brasileira*, mas acabou cedendo devido às ponderações do editor.

<sup>12</sup> Como observa numa passagem em que expressa o seu anti-dogmatismo: "Marx não era marxista. (...) Lênin nunca foi leninista. O leninismo é *post festum*. Em maior razão, também o marxismo-leninismo (GUERREIRO RAMOS, 1963, p. 85,87).

adotada pela III Internacional. O revisionismo em relação a uma teoria filosófica ou sociológica, seja marxista ou não, era defendido por Guerreiro, pois de outra forma seria ceder à dogmática contrária ao exercício da crítica reflexiva, independente e transformadora. O próprio Lênin seria um revisionista ao refutar a afirmativa de Marx no *Manifesto Comunista*, quando este afirmara que a revolução socialista seria iniciada nos países capitalistas desenvolvidos, e não nos países do "elo mais fraco da cadeia imperialista". A própria constituição de um partido de vanguarda, como Lênin apregoa em *Que Fazer?* (1977), inexistia nos escritos de Marx, e sofreu severas críticas de Rosa Luxemburgo (1974) na sua defesa ao espontaneísmo revolucionário do proletariado. Rosa Luxemburgo, em sua crítica ao centralismo democrático dos Partidos Comunistas, era entendida por Guerreiro como

a mais pura encarnação da atitude idônea que uma vanguarda deve assumir em face das vicissitudes episódicas do socialismo (GUERREIRO RAMOS, 1963, p.80).

A crítica de Rosa Luxemburgo aos rumos que a revolução soviética estava tomando desde o seu início fica nítida em seu artigo *A revolução russa*:

Não consideramos ainda a supressão das principais garantias democráticas de uma vida pública sã e da atividade política das massas operárias: a liberdade de imprensa, de associação e de reunião, totalmente suprimidas para todos os adversários do governo dos soviéticos.(...) Liberdade somente para os partidários do governo, para os membros de um partido, por numeroso que sejam não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de modo diferente (LUXEMBURGO, 1979, p.155).

Partindo das críticas de Kaustky à revolução russa, Guerreiro questionou a legitimidade do PCB na liderança do processo revolucionário brasileiro:

Kaustky se antecipou à nossa época, ao denunciar a temeridade da tática de identificar o socialismo com o experimento soviético. Hoje é igualmente temerário permitir que a razão socialista se encarne em partidos e que as conveniências de tais partidos muitas vezes se afirmem contra os interesses mesmos da emancipação das camadas populares (GUERREIRO RAMOS, 1963, p.78).

Guerreiro Ramos, na sua crítica ao PCB, não se restringiu à chamada corrente revisionista, pois também se inspirou na teoria das elites, sobretudo na obra de Robert Michels, *Sociologia dos partidos políticos*, publicada em 1911. Apesar de sua filiação a essa vertente de pensamento identificada por posições conservadoras, Michels era oriundo da ala esquerda da Social-Democracia alemã, da qual Rosa Luxemburgo foi uma de suas principais lideranças. A análise de Michels tem na sua origem uma ferrenha crítica à ala direita da Social-Democracia e dos seus desvios em relação à construção de um processo socialista revolucionário. O seu argumento centra-se no fato de todas as organizações, em especial os partidos políticos de massas, possuírem uma "lei de bronze de oligarquia", ou seja, sempre formam-se oligarquias com um poder centralizador, as quais impedem a ascensão, ou mobilidade, dentro da organização; no entanto, trata-se de uma organização política fundada por princípios democráticos. Isso se deve, segundo o autor<sup>13</sup> à patologia das massas, i.e., as bases do partido seguem de modo irreflexivo as lideranças carismáticas que as controlam pelo seu conhecimento intelectual e poder demagógico. Forma-se, assim, um quadro rígido e burocrático na estrutura organizacional partidária (MICHELS, 1982).

Guerreiro Ramos (1963) observou que a *lei de bronze da organização* não é uma lei geral da sociedade, mas sim uma lei particular da sociedade burguesa. Para ele, Michels atribui caráter permanente ao tipo de relação entre massa e elite predominante na sociedade burguesa. A lei de bronze resulta, necessariamente, desse tipo de relação, não obstante a qualidade da massa varie historicamente.

<sup>13</sup> Michels embora seja associado à escola elitista italiana, a sua análise sobre o poder da burocracia e da "lei de bronze da oligarquia" tem sido apropriada (ainda que criticamente) por autores de esquerda: no campo marxista, ver os elogios à obra de Michels por Nikolai Bukharin (s/d); ver, também, o conceito de burocratismo de Nicos Poulantzas (1977), bem como Henri Weber (1977). Não pertencendo à corrente marxista, a principal referência é Claude Lefort (1971).

Nesse sentido, a concepção leninista de partido e da ditadura do proletariado seria produto da ideologia burguesa e, portanto, a seu ver, "antimarxista". Para Guerreiro Ramos, num tom explicitamente esquerdista em sua crítica:

Constitui hoje, dever da consciência libertária mostrar que a concepção leninista de organização é um contrabando burguês, que muitos pretendem passar para o campo do movimento revolucionário contemporâneo.(...) Sabemos que uma organização não é socialista se as suas manifestações exprimirem apenas o que pensam e querem os dirigentes que se substituem aos trabalhadores e lhes ditam, em nome da teoria, o que devem ser e como devem ser. Sabemos que esse modo de ver é antiproletário e conduz menos à ditadura do proletariado do que à ditadura de uma casta burocrática. Na organização socialista, qualquer que seja, não persiste a relação alienada entre dirigidos e dirigentes (GUERREIRO RAMOS, p.172-173).

Conforme Guerreiro Ramos afirmava em algumas passagens do livro, e indo ao encontro da corrente de pensadores terceiro-mundistas, ou não-alinhados, o socialismo não era mais o empreendimento isolado de uma nação ou de um grupo de nações, nem o movimento do proletariado estava subordinado a um partido ou a um país. Era, como dizia

lei fundamental da presente época.(...) a consciência socialista mundial, função própria, inalienável, i.e, que não pode ser transferida a nenhum partido-oráculo, a nenhuma nação-oráculo.(...) O internacionalismo operário não pode mais continuar a ser doutrina oficial de um Estado, tem de ser devolvido às massas obreiras, e tornar-se manifestação direta de seus interesses universais (GUERREIRO RAMOS, p. 118-119).

O contexto da virada dos anos 1950 a 1960, de fato, indicava a formação de alternativas ao modelo socialista soviético por parte dos países do Terceiro Mundo (Cuba, Argélia, Vietnã), nos quais se formava um "proletariado novo". Havia, ainda, as dissidências do bloco-socialista que começavam a pôr em xeque a hegemonia da URSS no campo da esquerda mundial, a exemplo da Iugoslávia de Tito que, desde 1948, se afastara da influência soviética, seguido pela China e Albânia no início dos anos 1960.

Guerreiro (1963) considerava que o Brasil, naquele contexto, vivia seu momento revolucionário ideal para a implementação de um "novo socialismo" de caráter nacional. Havia condições objetivas para tal feito; condições essas que vinham se desenvolvendo desde os anos 1930, a partir de Vargas; contexto em que o Estado tornara-se nação e criara mecanismos institucionais para a organização do povo. Todavia, a ausência de uma liderança nacional comprometia esse projeto. O PCB era, de fato, o único partido da esquerda brasileira de formação orgânica, o que lhe dava liderança em relação aos demais<sup>14</sup>; e a Revolução Brasileira não poderia ser construída a partir de experiências prévias de outros países, nem tampouco de "manuais", o que caracterizava o PCB, no seu dizer, como uma "organização alienada". Essa inconsistente liderança do "movimento emancipador" só postergava a revolução. Estaríamos, questionava Guerreiro, presenciando uma "jornada de otários"? E quem eram os "otários"? Na sua resposta provocadora eram

todos os que estão falando demais, falando mais do que podem, aventureiros e literatos que, por erro de perspectiva ou por gosto, se vão especializando na desmedida, compelindo muitos a segui-los, por temor de parecerem não-revolucionários, ou inimigos das causas populares. Otários são os que, ingenuamente, se deixam manipular e conduzir pelos corretores da revolução. Otários são todos os que imaginam que a revolução brasileira só poderá efetivar-se mediante a internacionalização do País (GUERREIRO RAMOS, p.186).

Para finalizar, Guerreiro, na sua obra *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963), demarca uma posição antagônica à concepção de socialismo do PCB, na

<sup>14</sup> Além do PTB e do PSB (Partido Socialista Brasileiro), outras organizações de esquerda se faziam presente à época, mas de pouca inserção nacional, como o POR (T) (Partido Operário Revolucionário-Trotskyista), a ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária).

medida em que contestava a perspectiva internacionalista do Partido, devido à sua subordinação dogmática às diretrizes da URSS. O autor encontrou nos movimentos de libertação nacional dos países do Terceiro Mundo e no socialismo de bases nacionalistas uma alternativa a esse modelo. Tais movimentos representariam o verdadeiro internacionalismo proletário pela luta que travavam contra o imperialismo. E no caso brasileiro, essa revolução socialista teria nos movimentos políticos nacionalistas, e independentes do PCB, o principal caminho para a constituição de um socialismo nacional.

## Considerações Finais

Os eventos ocorridos no final de março e no início de abril de 1964 – a derrocada do governo João Goulart, a ascensão dos militares e dos tecnocratas ao poder de Estado e a criação de dispositivos legais autoritários como os Atos Institucionais – encerraram o processo revolucionário nacionalista que estava em curso no país. O paradoxo desse contexto histórico foi o fato de os vencedores terem intitulado o movimento político-militar de 1964 como uma “Revolução”, apropriando-se desse termo, no qual a esquerda nacionalista estava diretamente envolvida. A perspectiva revolucionária da esquerda ainda continuaria no pós 1964, mas sob outra égide, na forma das organizações guerrilheiras. Estas, em grande parte oriundas do PCB, adotaram uma nova concepção estratégica e tática, como a revolução socialista sem etapas, não tendo o nacionalismo como aspecto central e empregando a luta armada de forma reativa e mobilizadora para a derrubada do regime militar (GORENDER, 1987).

Guerreiro Ramos teve seu mandato de deputado federal cassado e perdeu seus direitos políticos com a instauração do Ato Institucional nº 1. Como tentei demonstrar neste artigo, Guerreiro foi uma das principais expressões intelectuais, no Brasil, do nacionalismo revolucionário terceiro-mundista, bem expressa em seu confronto com o PCB. Contudo, sua obra começou a sofrer uma guinada radical, visto que abandonou as questões referentes ao nacionalismo, ao socialismo<sup>15</sup> e começou a direcioná-la para o campo da administração pública e da teoria das organizações. Sua contribuição a esse campo de conhecimento foi marcada por seus livros *Administração e estratégia do desenvolvimento*, de 1966, e *A nova ciência das organizações*, de 1981, além de outros artigos relacionados ao tema. Na verdade, isso foi um retorno à fase inicial de sua carreira intelectual, quando nos anos 1940 começou a publicar no DASP<sup>16</sup> textos referentes à relação da administração e política. Entretanto, não deixou de se preocupar com a problemática da intelectualidade brasileira a exemplo de um dos seus últimos trabalhos, *A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980* (1982).

Apesar de ter abandonado os temas do nacionalismo e do socialismo de caráter antiimperialista, as análises de Guerreiro Ramos sobre as revoluções e o socialismo dos países periféricos ainda tiveram continuidade se reconhecermos sua influência na corrente terceiro-mundista da *Teoria da Dependência*, representa-

<sup>15</sup> Segundo Caio Navarro de Toledo (2007), a adesão de Guerreiro ao socialismo e a uma perspectiva proletária sempre foi retórica, nunca efetiva, por causa de sua defesa do nacional-desenvolvimentismo. A afirmação de Toledo se baseia em declarações de Guerreiro na sua fase isebiana, ou seja, antes da publicação de *Mito e verdade da revolução brasileira*. Minha posição é contrária a de Toledo, pois considero que Guerreiro Ramos aderiu ao socialismo e convergiu com uma ampla corrente do pensamento terceiro mundista que fundiu o nacionalismo e o socialismo. Contrariamente à afirmação de Toledo, havia muita identidade entre o nacionalismo e o “ponto e vista proletário e revolucionário”, como se viu em experiências históricas na China, Cuba, Argélia, Angola e Nicarágua. Os desvios burocráticos e autoritários nessas revoluções não se diferenciaram de outras experiências “puras” das revoluções socialistas sem a ênfase no nacionalismo, como foi no caso da URSS. Assim sendo, o nacionalismo antiimperialista não “contaminou” o socialismo do ponto de vista do proletário já que foi (e ainda é) um forte elemento de mobilização de massas.

<sup>16</sup> Departamento Administrativo do Serviço Público, órgão criado em 1938 no governo Vargas, com a finalidade de racionalizar e modernizar as contratações e funções do serviço público brasileiro; instituiu o concurso público e o sistema de méritos para a ascensão funcional.

da por Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, ambos intelectuais originários da *Organização Revolucionária Marxista-Política Operária* (ORM-POLOP), organização inspirada nas teses de Trotski e Rosa Luxemburgo. Além da relação pessoal que tiveram com Guerreiro Ramos e da admiração a sua obra<sup>17</sup>, sem dúvida essa vertente da *Teoria da Dependência* foi a que mais explorou a problemática do nacional-popular e da relação de conflito entre os países capitalistas desenvolvidos e os dependentes, além da ênfase dada à questão do Terceiro Mundo. E é nessa continuidade teórica que a herança da fase nacionalista revolucionária de Guerreiro Ramos permaneceu, e ainda permanece viva<sup>18</sup>.

## Referências

- ABRANCHES, Aparecida Maria. *Nacionalismo e democracia no pensamento de Guerreiro Ramos*. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro/IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006.
- ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: Editions La Découverte, 1986.
- ALVES SOARES, L.A. *A sociologia crítica de Guerreiro*. Rio de Janeiro: Copy & Artes, 1993.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Afrontamento, 1976.
- BARIANI JUNIOR, Edson. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado de São Paulo/UNESP, Araraquara, 2008.
- BUKHARIN, Nikolai. *Tratado do materialismo histórico*. Lisboa: Ed. Centro do Livro Brasileiro, s/d.
- CARONE, Edgar. *O PCB, 1943 a 1964*. São Paulo: Difel, 1982. Vol.2.
- CHAUÍ, Marilena. A ideologia acima de qualquer suspeita. *Almanaque*, São Paulo, v.7, p. 113-116, 1978.
- CORTEZ, Norma. *Esperança e democracia. As idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/IUPERJ, 2003.
- COOKE, John William. *Obras completas*. Buenos Aires: Colihue, 2009. Vol. III.
- DEBRUN, Michel. O problema da ideologia do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v.II, n. 2, p. 237-279, jul., 1962.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho O tempo de ilusões In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1977. p. 151-209.

<sup>17</sup> As opiniões de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos sobre a obra de Guerreiro Ramos estão presentes na contracapa de seu livro *O problema nacional brasileiro* (1960), juntamente com os comentários de Nelson Werneck Sodré, Nelson Mello e Souza, A. L. Machado Neto, Benedito Nunes, Ignácio Rangel, entre outros. Para Theotônio dos Santos "É uma inteira revolução no pensamento humano que está por trás da obra de Guerreiro Ramos"; já Ruy Mauro Marini declara que "O mérito maior de Guerreiro Ramos está, pois, essencialmente, em ter sido sensível a essa imposição da hora atual brasileira e em ter a ela respondido de maneira eficaz, apresentando uma metodologia que, ao mesmo tempo em que lança as bases de uma sociologia nacional, oferece aos demais setores do pensamento patricio uma arma, uma ferramenta de trabalho capaz de libertá-lo definitivamente da atitude subalterna que o viciava". Theotônio dos Santos também escreveu uma resenha do livro *A redução sociológica na Revista Brasiliense*, nº19, set./out. de 1958.

<sup>18</sup> Da vertente terceiro-mundista da *Teoria da Dependência*, ver Ruy Mauro Marini (1969 e 1973), Theotônio dos Santos (1972 e 1978). Na continuidade dessa corrente de pensamento, veja o livro organizado por Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (2009). Nessa mesma perspectiva, o livro de Adrián Sotelo Valencia (2007).

- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- \_\_\_\_\_. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- \_\_\_\_\_. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980 In: *A Revolução de 30: seminário internacional*. Brasília: Ed.Universidade de Brasília, 1982.
- GOLDAR, Ernesto (Intr. e org.). *John William Cooke y el peronismo revolucionario*. Buenos Aires: Editores de America Latina, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999. Vol. 1.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEBRUN, Gerard. A "realidade nacional" e seus equívocos *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 44, p 43-62, nov./dez., 1962.
- LEFORT, Claude. *Éléments d'une critique de la bureaucratie*. Paris: Droz, 1971.
- LENIN, Vladimir I. *Obras escolhidas*. Lisboa, Avante, 1977. Vol. I.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Porto: Ed. Escorpião, 1974.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de massas, partido e sindicatos*. Coimbra: Centelha, 1974.
- \_\_\_\_\_. A revolução russa. In: PEDROSA, Mário. *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MAIO, Marcos Chor. Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, 1997.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Dialéctica da la dependência*. México: Era, 1973.
- MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Intr. e org.). *A América Latina e os desafios da globalização*. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política* (Grundrisse) 1857-1858. 14ª ed. México: Siglo XXI, 1986.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Trabalhismo e socialismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.
- MOTTA, Luiz Eduardo. O ISEB no banco dos réus. *Comum*, Rio de Janeiro, v.5, n. 15, p 119-145, ago./dez., 2000.
- OLIVEIRA, Franklin de, *Revolução e contra-revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAES DE PAULA, Ana Paula. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. *O&S*, Salvador, v. 4, n. 40, p. 169-188, 2007.

- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global, 1979.
- SANTOS, Theotônio dos. Resenha do livro "A redução sociológica de Guerreiro Ramos". *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 19, p. 189-195, set./out., 1958.
- \_\_\_\_\_. *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. Buenos Aires: Periferia, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Imperialismo y dependência*. México: Era, 1978.
- SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique*. Paris: Gallimard, 1960.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar In: SCHWARZ, R. *Aos vencedores, as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981. p. 12-28.
- SOUZA, Marcio Ferreira de. *Guerreiro Ramos e o desenvolvimento nacional*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- \_\_\_\_\_. Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2007. Vol.3.
- \_\_\_\_\_. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964 In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- TSÉ-TUNG, Mao.; ZIZEK, Slavoj. *Sobre a prática e contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- VALENCIA, Adrián Sotelo. *El Mundo del trabajo en tensión*. México: Plaza y Valdés Editores/UNAM, 2007.
- VAZ, Pe Henrique Lima. Consciência e realidade nacional. *Revista Síntese Política, Econômica e Social*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 14, p 75-109, 1962.
- WEBER, Henri. *Marxismo e consciência de classe*. Lisboa: Moraes Editores, 1977
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

**Artigo recebido em 03/06/2009.**

**Artigo, aprovado, na sua versão final, em 12/02/2010.**